

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008775-50.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Sustação de Protesto**
 Requerente: **RODRIGO ALVES DE CAMPOS**
 Requerido: **SCW TELECOM LTDA EPP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

RODRIGO ALVES CAMPOS ajuizou **Ação de INEXIGIBILIDADE DE TITULO CAMBIAL c.c ANTECIPAÇÃO JURISDICCIONAL DE TUTELA E PEDIDO LIMINAR** em face de **SCW TELECOM LTDA EPP**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese: 1) que contratou a Requerida para prestação de serviços de acesso à rede mundial de computadores, internet a rádio; 2) devido ao fato de não haver mais interesse no serviço prestado pela empresa ré, solicitou o seu cancelamento; 3) nesse momento foram devolvidos os equipamentos e os softwares instalados na residência do Autor; 4) no ato de resolução do contrato não lhe foi cobrado nenhuma taxa contratual (inclusive, não havia disposição para tal no avençado); 5) assim, é ilegal o protesto de título nº 281667 apresentado no 1º Tabelião de Notas e Protestos desta Comarca. Requereu medida Liminar de Sustação do Protesto, Indenização por Danos Morais e pagamento das custas processuais e verbas honorárias. A inicial veio instruída por documentos às fls. 8/16.

Sustação dos efeitos do protesto concedida conforme

1008775-50.2014.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

decisão de fls. 27.

Ofício carreado às fls. 39/42 conforme pedido às fls. 32.

Devidamente citada a Requerida apresentou Contestação alegando que: 1) o contrato celebrado entre as partes continuou em vigor até 31/12/2013 e em nenhum momento o Autor efetuou e nem comprovou o cancelamento do contrato conforme clausula existente no avençado; 2) o Requerente não efetuou pagamento de dez mensalidades e a Requerida ainda assim não interrompeu o sinal de Internet; 3) O autor foi avisado que existiam parcelas em aberto, inclusive, multa; efetuou pagamento dos valores em atraso, mas não quitou a multa no valor de um salário mínimo ensejando a emissão de duplicata; 4) o Dano Moral não deve ser acolhido, já que simplesmente cumpriu as determinações constantes no contrato de prestação de serviços. Requereu a improcedência da ação, com a condenação do Autor no ônus de sua sucumbência, honorários advocatícios e custas processuais.

Sobreveio réplica às fls. 90/92.

As partes foram instadas a produção de provas às fls. 95. A Requerida manifestou-se alegando não haver mais provas a produzir e o Autor demonstrou desinteresse.

Em resposta ao despacho de fls. 100 a requerida peticionou às fls. 103/105.

É o relatório.

DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O documento do Tabelionato de Protesto dá conta do protesto da duplicata mercantil 02214522499, no valor de R\$ 598,80, sacado em 20/01/2014 pela ré com base no contrato de fls. 10/15.

O autor sustenta que solicitou o cancelamento do contrato firmado com a requerida sem deixar débitos em aberto; assim, o protesto é indevido.

De sua feita, a requerida confessou o recebimento dos valores em atraso, mas sustentou que o valor protestado diz respeito à multa contratual de um salário mínimo prevista na cláusula 25, parágrafo 1º (cf. fls. 14).

O pleito improcede.

A cláusula 34 do contrato firmado entre as partes dispõe que o cancelamento deverá ser solicitado por escrito (cf. fls. 14).

Foi dada oportunidade ao autor para comprovar ter solicitado o cancelamento (de tal forma) em maio de 2008, conforme aduzido na prefacial, mas permaneceu ele inerte.

Veja-se a respeito do ônus da prova a seguinte decisão:

AÇÃO DECLARATORIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO C/C INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. DUPLICATA MERCANTIL. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DO NEGÓCIO JURÍDICO SUBJACENTE.

Existência de nota fiscal que comprova o recebimento da mercadoria. Insustentação das alegações da autora em confronto com o conjunto probatório. Ônus da prova que cabia à autora,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

conforme artigo 333, I, do Código de Processo Civil. Recurso provido para julgar improcedente o pedido (Apelação nº 991080728770 (7287905300), 11ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Renato Rangel Desinano. j. 05.11.2009).

Temos nos autos como ponto incontroverso que o autor atrasou o pagamento de algumas mensalidades da avença.

Logo, deve arcar com o valor da multa contratual prevista no parágrafo único da cláusula 25 do contrato (cf. fls. 14), que é claro ao afirmar que após 30 dias do vencimento o contrato considerar-se-á rescindido, sendo aplicada multa de 1 salário mínimo.

Como o requerido deixou de apresentar reconvenção, deverá perseguir seu crédito em ação própria, permanecendo a caução prestada a fls. 24, como garantia.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial, revogando a antecipação da tutela de fls. 27.

Expeça-se ofício dando conta da revogação da decisão de fls. 27.

Sucumbente, arcará o autor com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo por equidade em 20% do valor da causa, que deverá ser atualizado desde o ajuizamento, com juros de mora desde a prolação do veredicto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P.R.I.

São Carlos, 10 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**